



A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL E PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA) AS A FACTOR FOR SOCIAL INCLUSION AND REGIONAL DEVELOPMENT

Hellen Christian de Faria Andrade Rocha¹

RESUMO

Este artigo investiga o papel do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na promoção da inclusão social e no desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho, adotando uma metodologia de pesquisa documental e bibliográfica. Analisamos textos fundamentais de autores como Gadotti, Freire e Azevedo, destacando a capacidade da EJA em fornecer educação acessível e relevante para indivíduos marginalizados. Os resultados apontam para uma significativa contribuição do programa na inclusão social dos participantes, oferecendo-lhes oportunidades de avanço intelectual e profissional anteriormente inacessíveis. A pesquisa destaca a importância da EJA como uma ferramenta de transformação social, evidenciando seu impacto na melhoria da qualidade de vida e na valorização da diversidade cultural e educacional. Concluímos que a EJA é essencial para reverter ciclos de exclusão e para o fortalecimento das comunidades através da educação.

Palavras-chave: educação; EJA; inclusão social; mercado de trabalho.

ABSTRACT

This study investigates the role of the Youth and Adult Education Program (EJA) in fostering social inclusion and enhancing job market skills through documental and bibliographic research methodology. It scrutinizes the contributions of theorists such as Gadotti, Freire, and Azevedo, emphasizing EJA's effectiveness in delivering meaningful education to marginalized individuals. Findings suggest the program's critical contribution to social inclusion, providing previously inaccessible educational and professional opportunities. The research underscores EJA's importance as a

¹Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Faculdades Alves Faria (UNIALFA). Goiás. Brasil. E-mail: hellen_christian@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8815-8809>

social transformation tool, significantly improving life quality and promoting diversity appreciation, thereby strengthening community bonds through education.

Keywords: education; EJA; social inclusion; job market.

Resumo Expandido recebido em: 02/02/2024

Resumo Expandido aprovado em: 11/11/2024

Resumo Expandido publicado em: 19/03/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/redes.v2i1anais.5267>

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil, ao longo de sua história, tem sido um campo de intensas disputas políticas e sociais, refletindo a dinâmica de um país marcado por profundas desigualdades. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se situa nesse contexto como uma estratégia crucial para enfrentar um dos problemas mais persistentes: o analfabetismo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, o Brasil ainda apresenta uma taxa de analfabetismo de 6,6% na população de 15 anos ou mais, o que representa cerca de 11 milhões de analfabetos, conforme apontado pelo IBGE. Esse cenário destaca a urgência de políticas públicas efetivas que garantam o acesso à educação de qualidade como direito fundamental para o exercício da cidadania e a ampliação da democracia.

Ao longo das décadas, diversas iniciativas foram lançadas com o intuito de reduzir o analfabetismo e promover a inclusão educacional de jovens e adultos. Desde o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) em 1942, passando por campanhas de alfabetização nas zonas rurais e urbanas, até o surgimento do MOBRL na década de 60, o Brasil tem experimentado diferentes modelos de intervenção educacional. No entanto, muitas dessas iniciativas enfrentaram críticas por focarem em uma alfabetização funcional, sem atender às reais necessidades educacionais dos indivíduos e sem promover uma verdadeira inclusão social.

Este estudo busca mergulhar nas complexidades da EJA, não apenas como mecanismo de inclusão social e capacitação para o mercado de trabalho, mas também como veículo de desenvolvimento pessoal e profissional. A justificativa para

tal investigação se ancora na convicção de que a EJA desempenha um papel indispensável na mitigação da exclusão social, fortalecendo a cidadania e reconhecendo a educação como um direito humano inalienável, conforme estabelecido na Constituição de 1988.

Diante desse panorama, o trabalho se propõe a explorar as dinâmicas atuais da EJA, questionando sua sustentabilidade e eficácia enquanto política pública. Pretende-se analisar como a implementação do programa tem impactado o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões, contribuindo para a formação de educadores, a elaboração de currículos pertinentes e a promoção de práticas educacionais que maximizem os benefícios para os alunos e para a sociedade.

Portanto, o objetivo deste estudo é duplo: primeiramente, avaliar o impacto da EJA no contexto brasileiro, considerando suas contribuições e limitações; e em segundo lugar, propor caminhos para o aprimoramento das políticas públicas de educação, de modo a reforçar o papel da EJA como ferramenta vital para a inclusão social e o desenvolvimento regional. Ao lançar luz sobre essas questões, espera-se que a pesquisa contribua significativamente para a compreensão do valor e do impacto da Educação de Jovens e Adultos, informando e influenciando positivamente a formulação de políticas educacionais futuras.

Espera-se que a pesquisa contribua significativamente para a compreensão do valor e do impacto da Educação de Jovens e Adultos. O objetivo é que os resultados possam informar e influenciar positivamente as políticas públicas, além disso, espera-se que as conclusões obtidas possam ser utilizadas para reforçar o papel da EJA como uma ferramenta vital para a inclusão social e desenvolvimento regional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia empregada neste estudo segue uma abordagem qualitativa, conforme descrito por Martins e Theóphilo (2007), que destaca a importância de descrições, compreensões e análises de fenômenos que não são quantificáveis numericamente. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2010) apontam, não buscando apenas repetir informações existentes, mas sim proporcionar uma nova análise sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA),

levando a conclusões inovadoras. O processo metodológico incluiu a coleta de dados através de fontes publicadas, com uma análise documental detalhada de literatura acadêmica, incluindo artigos, livros e relatórios oficiais. Esta abordagem assegura que o estudo possa ser compreendido e replicado por outros pesquisadores, contribuindo, assim, para o aprofundamento teórico sobre a temática da EJA e sua influência na inclusão social e desenvolvimento regional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revela um impacto significativo da EJA na inclusão social de indivíduos que foram marginalizados pelo sistema educacional tradicional. Segundo Ramos (2021), a EJA oferece uma segunda chance para a educação fundamental e média, destacando-se como uma modalidade de ensino crítica para o acesso ao conhecimento e à qualificação profissional de adultos e jovens que não tiveram a oportunidade de estudar na idade convencional.

Além disso, a pesquisa documental e bibliográfica indica que a EJA tem um papel fundamental na democratização do acesso ao conhecimento, promovendo a inclusão de grupos historicamente excluídos do processo educativo. Esse aspecto é reforçado pelas legislações brasileiras, como a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, que enfatizam a educação como um direito de todos, independentemente da idade (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

A discussão dos resultados é fundamentada na literatura relevante, destacando a importância da EJA no contexto educacional e social brasileiro. Ramos (2023) ressalta a educação como um direito humano fundamental, apontando para a capacidade da EJA em promover o desenvolvimento econômico sustentável, a redução da pobreza e a melhoria da mobilidade social (Ramos, 2023, p.22). Essa visão é complementada por Souza (2021), que reconhece a educação como um pilar essencial para o desenvolvimento individual e coletivo.

A comparação com a teoria educacional de Gadotti e Freire revela que a EJA se alinha aos princípios de uma educação emancipatória, focada na transformação social e no desenvolvimento de uma consciência crítica entre os alunos. Gadotti (2009) defende que a educação deve visar à liberdade e ao exercício pleno da

cidadania, uma visão que encontra eco na pedagogia de Paulo Freire, que vê a educação como um processo de diálogo e reflexão crítica sobre a realidade (Freire, 2002).

No entanto, a implementação da EJA enfrenta desafios, incluindo a adaptação dos currículos às realidades dos alunos, a formação de professores capacitados e o financiamento adequado. Essas limitações podem comprometer a eficácia da EJA como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento.

Os resultados e a discussão sublinham a EJA como um meio vital para a inclusão social e o desenvolvimento regional, oferecendo educação acessível e relevante para indivíduos marginalizados. A análise revela que, apesar dos desafios enfrentados, a EJA contribui significativamente para a democratização do acesso à educação, alinhando-se com os princípios de educação emancipatória e transformadora.

A pesquisa aponta para a necessidade de políticas públicas mais robustas e sustentáveis que assegurem o financiamento, a qualidade e a expansão da EJA, superando as barreiras que impedem o acesso e a participação dos alunos. A EJA não é apenas uma resposta educacional para um problema social, mas uma estratégia fundamental para construir sociedades mais justas e inclusivas.

A contribuição da EJA vai além do âmbito educacional, influenciando positivamente o tecido social e econômico das comunidades. Através da capacitação e qualificação fornecidas pela EJA, os indivíduos não apenas adquirem conhecimento e habilidades essenciais para o mercado de trabalho, mas também experimentam um aumento na autoestima e na autoeficácia. Este aspecto é crucial para a integração social e profissional dos alunos, como evidenciado por estudos de caso que demonstram melhorias significativas na qualidade de vida dos participantes da EJA. Tais melhorias incluem não só avanços educacionais, mas também progressos no emprego, na participação comunitária e na atividade cívica.

Contudo, a efetividade da EJA, enquanto instrumento de inclusão social, exige um compromisso contínuo com a melhoria e adaptação de suas práticas pedagógicas. Isso envolve a implementação de metodologias de ensino que sejam contextualizadas e significativas para os alunos adultos, reconhecendo suas experiências de vida como parte integrante do processo de aprendizagem. A abordagem de Paulo Freire, que

ênfatiza o diálogo e a problematização como métodos de ensino, oferece um modelo valioso para o desenvolvimento de práticas pedagógicas na EJA que promovam o empoderamento dos alunos.

Além disso, o envolvimento comunitário e a parceria com organizações locais podem enriquecer os programas de EJA, fornecendo suporte adicional aos alunos e criando oportunidades para a aplicação prática de suas aprendizagens. Essa abordagem colaborativa também pode ajudar a mitigar alguns dos desafios financeiros e estruturais enfrentados pelos programas de EJA, através da mobilização de recursos comunitários e do apoio de *stakeholders* locais.

Entretanto, é fundamental reconhecer que a sustentabilidade e expansão da EJA dependem de políticas educacionais inclusivas que priorizem o acesso à educação para todos. Isso implica em um aumento do financiamento público, no desenvolvimento de infraestruturas adequadas e na valorização dos profissionais de educação que atuam na EJA. Políticas que garantam a qualidade e a relevância dos currículos da EJA são igualmente importantes, assegurando que a educação oferecida seja alinhada com as demandas do mercado de trabalho e com as necessidades sociais dos alunos.

A EJA, portanto, representa um componente essencial nas estratégias de desenvolvimento regional, capaz de contribuir significativamente para a redução das desigualdades e para o fortalecimento das dinâmicas comunitárias. Ao promover a educação inclusiva e acessível, a EJA não apenas capacita indivíduos, mas também fomenta sociedades mais coesas, resilientes e prósperas.

Assim, a EJA emerge como uma poderosa ferramenta de transformação social, que, apesar de seus desafios, oferece um caminho promissor para a inclusão e o desenvolvimento. A continuidade e o aprimoramento desses programas dependem de um compromisso coletivo com a educação como um direito humano fundamental e como um pilar para o desenvolvimento sustentável. Assim, a EJA se posiciona não apenas como uma resposta aos desafios educacionais, mas como um investimento estratégico no futuro das comunidades e na construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

4 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como um componente essencial na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Este modelo educacional abraça a missão de reintegrar indivíduos marginalizados pelo sistema educacional convencional, oferecendo-lhes não apenas conhecimento, mas uma porta para a cidadania ativa e o desenvolvimento pessoal. A EJA não se limita a ser uma alternativa educacional, mas atua como um catalisador para a inclusão social, capacitando indivíduos a contribuir significativamente para a sociedade.

Por meio da EJA, jovens e adultos adquirem não apenas educação, mas também a oportunidade de transformação social, que vai além da sala de aula para influenciar positivamente o tecido socioeconômico. O investimento contínuo em programas de EJA, juntamente com o apoio de políticas públicas robustas é fundamental para garantir que todos tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de sua idade ou circunstâncias passadas.

Conclui-se que a EJA é indispensável para o avanço de uma sociedade progressista, atuando como uma ponte que permite aos indivíduos não só recuperar oportunidades perdidas, mas também participar plenamente como cidadãos informados, capacitados e engajados. O fortalecimento e a expansão da EJA são, portanto, imperativos para a construção de uma comunidade mais equitativa, em que a educação é reconhecida como um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

RAMOS, Letícia de Queiroz. **Educação para Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: historiando no processo**. 2021. TCC (Graduação em Pedagogia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2021.

RAMOS, Kelly Lídia Nascimento. **O Projeto dos Colégios-Modelo no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio na Bahia: Nuances da Trajetória do Colégio Estadual Odorico Tavares (1994-2019)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Licenciatura em Pedagogia, 2023.

SOUZA, José. Educação e história da educação no Brasil. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 23, 27 nov. 2023.